

## **POTENCIAL TURÍSTICO DA COMUNIDADE DIOGO LOPES NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PONTA DO TUBARÃO - RDSEPT/RN**

DOI: 10.19177/rgsa.v9e12020327-350

**Fernanda Martins da Silva<sup>1</sup>**  
**Ana Beatriz Gomes-Ferreira<sup>2</sup>**  
**Pedro Henrique Cesar<sup>3</sup>**  
**Sueli Aparecida Moreira<sup>4</sup>**

### **RESUMO**

O turismo de base comunitária é uma alternativa no contexto do turismo sustentável que vem crescendo muito. Esse segmento de turismo tem um papel importante para a comunidade local ao ajudar na conservação, no desenvolvimento regional, além de movimentar a economia da comunidade. A comunidade de Diogo Lopes, distrito de Macau, está inserida dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, (RDSEPT) que está localizada no litoral norte do Rio Grande do Norte. O local passou a ser reserva com a criação da lei estadual 8.349 de 17 de julho de 2003. O objetivo da pesquisa foi caracterizar o potencial para o turismo de base comunitária na comunidade Diogo Lopes. Portanto, realizou-se um estudo de natureza qualitativa, cuja abordagem se deu através da proposta de estudo da comunidade, utilizando-se um roteiro de entrevista com atores chaves da Reserva. Quanto aos resultados constatou-se que a atividade turística na reserva é insipiente, mas o turismo é uma atividade viável para a reserva. Os pescadores apontaram deficiência na infraestrutura local e falta de apoio de lideranças políticas e do conselho gestor na reivindicação de melhorias para a comunidade.

**Palavras-chave:** Turismo de Base Comunitária. Comunidade. Desenvolvimento Sustentável. Reserva.

<sup>1</sup> Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal/RN. E-mail: [Fernanda.martins20@hotmail.com](mailto:Fernanda.martins20@hotmail.com)

<sup>2</sup> Licenciatura em Biologia. Membro da Base de Pesquisa HIDEAS - UFRN, Natal/RN. E-mail: [beatriz\\_biologia@hotmail.com](mailto:beatriz_biologia@hotmail.com)

<sup>3</sup> Bacharel em Hotelaria. Mestre pelo Programa Regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFRN. E-mail: [pedrohcesar@hotmail.com](mailto:pedrohcesar@hotmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Ecologia Aplicada pelo CENA/ESALQ - USP. Profa. Adjunta junto ao Departamento de Oceanografia e Limnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Coordenadora da Base de Pesquisa HIDEAS/UFRN, Natal. <http://orcid.org/0000-0002-0558-5808> E-mail: [suelimoreira@yahoo.com](mailto:suelimoreira@yahoo.com)

# TOURIST POTENTIAL OF THE DIOGO LOPES COMMUNITY IN THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT RESERVE PONTA DO TUBARÃO- RDSEPT / RN

## ABSTRACT

Community-based tourism is an alternative in the context of sustainable tourism which has been growing a lot. This tourism segment plays an important role for the local community by helping in conservation and the regional development, by moving the community economy. The community of Diogo Lopes, Macau district, is part of the Ponta do Tubarão State Sustainable Development Reserve (RDSEPT). The RDSEPT is located on the north coast of Rio Grande do Norte, and became a reserve with the creation of State Law 8,349 of July 17, 2003. The objective of the research was to characterize the potential of community-based tourism in the Diogo Lopes community. Therefore, a qualitative study was carried out, which was approached through a community study proposal using an interview script with key actors of the Reserve. As for the results, it was found that the tourist activity in the reserve is insipient, but tourism is a viable activity for the RDS. The fishermen pointed out deficiency in local infrastructure and lack of support from political leaders and the management council in claiming improvements for the community.

**Keywords:** Community Based Tourism. Community. Sustainable development. Reserve.



## 1 INTRODUÇÃO

Turismo compreende um conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com objetivo de lazer, negócios e outras atividades não remuneradas no lugar visitado (DIAS, 2008, p 45).

A atividade turística de apreciação e contato com a natureza é crescente em todo o mundo. Da mesma forma que a busca pelo turismo de experiência direta na comunidade também representa um importante atrativo. O Turismo de Base Comunitária (TBC) vem se tornando uma importante alternativa na perspectiva sustentável (SWARBROOKE, 2000<sup>a</sup>). Portanto, o planejamento turístico para uso sustentável de recursos naturais pode representar um instrumento para o desenvolvimento da comunidade. Nesse contexto, segundo Regules *et al* (2007), o

projeto turístico deverá ser implementado de forma comprometida às demandas da comunidade, com respeito aos princípios da diversidade cultural, da preservação e conservação do meio ambiente.

Enquanto Coriolano (2008), define Turismo Comunitário como aquele em que as comunidades, de forma associativa, organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo; por sua vez, BARTHOLO *et al* (2009), ressalta que Turismo de Base Comunitária (TBC) são iniciativas protagonizadas pelas comunidades locais que, se planejadas e bem estruturadas, representam importantes experiências turísticas, agregando valor aos roteiros, gerando emprego e desenvolvimento local. Em prática o visitante pode conhecer e se aprofundar na vida diária de uma determinada comunidade, ver todos os elementos culturais, desde seus modos de vida, costumes, práticas religiosas, artesanatos, gastronomia local, dentre outras experiências únicas. O TBC tem um papel importante para a comunidade local, contribui para a conservação, preservação ambiental no desenvolvimento e na movimentação econômica da comunidade (BARTHOLO *et al*, 2009).

O turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras denominações, possui elementos comuns a tais iniciativas e busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (MTUR, 2008, p.01).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão - RDSEPT tornou-se uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável com a criação da Lei estadual 8.349 de 18 de julho de 2003. A reserva localiza-se no litoral norte do Rio Grande do Norte, sua maior extensão entre Guamaré e o distrito de Diogo-Lopes, que fica a aproximadamente 25 km de seu município Macau (IDEMA, 2017). Nesse contexto, o presente estudo ocupa-se em verificar a percepção de atores chaves da comunidade Diogo Lopes a fim de caracterizar seu potencial para o Turismo de Base Comunitária.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 327-350, jan/mar. 2020.

## 2.1 Histórico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS

A comunidade de Diogo Lopes, distrito de Macau, inserida dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSPT) é um conjunto de 12 comunidades habitadas e sete extintas. Hoje restam apenas resquícios incrustados nos municípios de Macau/RN e Guamaré/RN, ambos situados no litoral norte do Estado do Rio Grande do Norte, respectivamente distante 200 e 180 km da capital Natal/RN.

A reserva abrange uma área de quase 13 mil hectares de extensão, sendo constituída de um ecossistema formado por mar, estuário, manguezal, dunas, restinga e caatinga, com uma população estimada em pouco mais de 4 mil habitantes (NOBRE, 2005, p. 49).

Criada através da Lei Estadual nº 8.349 de 18 de junho de 2003, motivada por reivindicações da comunidade local como forma de defesa contra grandes empreendimentos turísticos e empresários do ramo da carcinicultura, após boatos de que uma empresa solicitou, junto ao Delegado do Patrimônio da União, o aforamento de uma área de mais de 1300 hectares na RDS, em virtude de ter comprado essas terras.



No ano de 1996, os ranchos existentes na Costinha foram queimados por ordem de “um italiano”. Soube-se depois que esse terreno foi comprado da família Miranda, de Guamaré. O Jornal de Macau, de maio/1996, protestou: “como é questionável o fato dessa empresa autoritária se dar o direito de destruir ranchos de indefesos moradores do distrito de Diogo Lopes que ao longo de décadas sempre ocuparam a faixa de terras e mangues que separam o rio do mar para ali promoverem atos de suas atividades profissionais da pesca e lazer nos finais de semana” (MOURA 2005, p.380).

A partir do ocorrido, a população começou a reagir contra tal invasão e ocupação da restinga. A comunidade se uniu com as instituições comunitárias, paróquia e lideranças locais e assim foi realizada a denúncia junto ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA, órgão de proteção ambiental do Estado que expediu o parecer técnico nº 282/00, a ação foi apoiada por 12 instituições e 522 assinaturas de moradores da comunidade (NOBRE, 2005, p.41). No ano de 2001 aconteceu o “Primeiro Encontro Ecológico de Diogo Lopes e Barreiras”, quando foi realizado uma moção e um abaixo-assinado com 1.336 assinaturas para solicitar ao IDEMA a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ilha do Tubarão. No ano seguinte aconteceu o “Segundo Encontro

Ecológico de Diogo Lopes e Barreiras”, com o intuito de reforçar o pedido da criação da Reserva. Em 2003 aconteceu o III Encontro Ecológico de Diogo Lopes e Barreiras, quando finalmente foi assinado pela Governadora do Estado Vilma de Farias.

O projeto de lei nº 8.349 da Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (Figura 1 e 2), aprovado e publicado no mesmo ano, e mais tarde com a criação da Reserva, passa a chamar o evento de “Encontro Ecológico da RDS Estadual Ponta do Tubarão”. Diogo Lopes é considerada o centro da Reserva. Segundo Nobre (2005), a RDS vem concentrando mais habitantes que as demais comunidades inseridas da RDS, com uma população de 1.373 homens e 1.322 mulheres, incluindo adultos, crianças e idosos, no ano de 2005. A produção de pescados possui uma maior circulação comercial em relação às outras comunidades da reserva.

Art. 1º. Fica declarada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão a região compreendida pelo sistema estuarino do Rio do Tubarão, a Ponta do Tubarão, as dunas e a restinga adjacentes aos Distritos de Diogo Lopes e Barreiras [...]. Art. 2º. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão tem como objetivo preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações [...] (LEI 8.349 DE 18 DE JULHO DE 2003).

<p><b>Figura 1- Localização da RDSEPT</b></p>	<p><b>Figura 2- Vista panorâmica da RDSPT</b></p>
	
<p><b>Fonte: IDEMA (2017)</b></p>	<p><b>Fonte: IDEMA (2017)</b></p>

A percepção da comunidade é muito clara quanto à deficiência de infraestrutura e autonomia da RDS, dependendo muito do município de Macau. A reserva concentra 03 Escolas Municipais, 01 Estadual e 01 particular, 01 posto de saúde e estabelecimentos de comércio de pequeno porte. 03 pousadas e dezenas de restaurantes e bares.

O local é popularmente conhecido pelas suas manifestações culturais, como festas religiosas e tradicionais. A mais antiga e popular que ocorre no mês de maio (mês mariano) é conhecida como festa das flores. A programação inclui novenas, missas, batizados, casamentos comunitários, ações sociais organizadas pela Prefeitura Municipal de Macau (PMM). A comunidade recebe uma expressiva quantidade de turistas e antigos moradores, que hoje já não moram mais na reserva, mas a frequentam em feriados, final de ano, férias e finais de semana, no mês franciscano (festa do Padroeiro São Francisco - mês de outubro), festas juninas com diversas apresentações de quadrilhas locais e de comunidades vizinhas, e a Regata de Veleiros, que também atrai um grande número de admiradores, inclusive excursões de cidades vizinhas e até de outros estados. Há ainda competição patrocinada pela Petrobrás, comunidade local e Prefeitura Municipal de Macau, onde competem pescadores locais e de outras comunidades, frequentemente no mês de setembro, devido aos fortes ventos que propiciam a prática dessa competição.

A pesca artesanal é a principal fonte de renda da reserva, porém a comunidade também sobrevive da agricultura, criação de galináceos, caprinos e suínos e pequenos comércios. Diogo Lopes tem um grande potencial na produção de pescado para o abastecimento do município de Macau e das regiões vizinhas. Há na reserva uma grande variedade de espécies de peixes, porém existem aquelas que sua procura e captura são mais frequentes. A Sardinha-Laje e o Voador são os principais pescados da reserva, todavia também se pesca o Dourado, Serra, Salema, Carapeba, Espada, Biquara, Carapicu, Cavala, Xaréu, além dos mariscos, moluscos, camarão e lagosta, búzio, sururu, siri, caranguejo entre outros.

## **2.2 Desenvolvimento sustentável**

Após a Revolução Industrial intensificou-se a economia desenfreada de exploração de recursos naturais. Mediante essas transformações, a ONU - Organização das Nações Unidas julgou necessário criar uma Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, coordenada pela primeira ministra da Noruega, Gro Brundtland, em conjunto com especialistas de diversas áreas, culminando em 1987, no Relatório Nosso Futuro Comum. O documento representou um marco para a preservação do meio ambiente ao propor uma série de metas a serem seguidas por nações de todo o mundo, a fim de conter os avanços em

destruições ambientais e desequilíbrio climático. De acordo ao Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável corresponde: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

O desenvolvimento sustentável do turismo “é aquele que atende as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras, e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o futuro” (DIAS, 2008, p.107). O turismo sustentável, na sua essência, tem uma nova relação de interdependência do meio ambiente (PHILLIPI JR & RUSCHMANN, 2010), portanto o planejamento turístico deve atentar-se para a sustentabilidade dos recursos naturais e culturais.

No Canadá, o Turismo Sustentável está atrelado às responsabilidades de assegurar que as atitudes comunitárias, os costumes locais e os valores culturais, os papéis de mulheres e crianças estejam compreendidos no planejamento e implementação de todos os projetos turísticos. O planejamento turístico canadense assegura como premissas:

Respeitar e apoiar as tradições, culturas e comunidades locais. Contribuir para a identificação e orgulho das comunidades locais através de produtos e serviços de turismo de qualidade sensíveis a essas comunidades; Proporcionar oportunidades para a comunidade participar em debates sobre planejamento do turismo; Contribuir para a conservação de qualquer habitat de flora e fauna; Incentivar as autoridades competentes a identificar áreas dignas de conservação e determinar o nível de desenvolvimento compatível ou adjacente àquelas áreas; Incentivar as autoridades competentes a identificar o patrimônio cultural digno de conservação e para determinar o nível de desenvolvimento compatível à área. Manter sistemas de gestão ambiental; Assegurar que a avaliação ambiental seja um passo integral do planejamento de turismo; Incorporar soluções de design e construção sensíveis ao ambiente em qualquer edifício ou paisagismo para fins turísticos (GOELDNER & RITCHIE, 2009, p. 491).

No Brasil, de acordo com o Ministério do Turismo, sustentabilidade remete ao “princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente” (MTUR, 2007, p.24).

### **2.3 Turismo de base comunitária e desenvolvimento sustentável**

O turismo de base comunitária surgiu como uma alternativa responsável para a inclusão da comunidade local na atividade turística, valorizado desde a cadeia produtiva, a cultura local e o cooperativismo (SWARBOOKE, 2000). Esse segmento

de turismo vem com a finalidade de desenvolver uma atividade turística com parâmetros sociais e econômicos sustentáveis a fim de prover autonomia à população local na tomada das decisões. A gestão participativa por parte da comunidade favorece o desenvolvimento da localidade e gera benefícios diretos da atividade turística.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, identificou o turismo como um dos setores com capacidade de gerar benefícios econômicos e contribuir de forma extremamente positiva para o desenvolvimento sustentável do país, por suas possibilidades de gerar renda causando mínimo impacto ao meio ambiente, uma vez que a conservação desse último é imprescindível para êxito da atividade turística (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 22).

O turismo de base comunitária pode complementar as atividades tradicionais desenvolvidas na reserva, como restaurantes a base de frutos do mar. A atividade deve propiciar a participação de mulheres e jovens, com o propósito de fortalecer associações, cooperativas comunitárias e projetos que tragam benefícios coletivos à comunidade.

#### **2.4 Planejamento, conselho gestor e emancipação política**

O planejamento da atividade turística, principalmente em uma RDS deve ser partilhado e/ou em conjunto com a comunidade local, tendo em vista que os benefícios ou malefícios vindos para a reserva afeta a todos os moradores locais. Nesse contexto, o Conselho Gestor é o grande responsável pela tomada de decisões da comunidade de Diogo Lopes.

A descentralização da tomada de decisão através da gestão participativa pode constituir um passo muito importante para a democratização e planejamento da gestão pública. Cria-se uma proximidade entre as instâncias decisórias e os problemas da comunidade local. Essa coparticipação resultará no fortalecimento do poder local e na melhor representação, ampliação do exercício de cidadania na escolha/decisão sobre seu destino (BUARQUE, 1999).

Ao planejar uma cidade, uma região, ou segmento da economia, é conveniente considerar possível uma participação direta daqueles que serão beneficiados (DIAS, 2008). O planejamento turístico deve ter início de modo a instrumentalizar o envolvimento da comunidade; ser mantido com dinamicidade para atualizar as



demandas atuais e futuras; prover mecanismos de escuta e conduzir a tomada de decisão de modo conjunto à comunidade:

A participação e o envolvimento de amplos setores sociais é fundamental, pois trata-se da última instância de fortalecer ou redefinir a identidade local, modificar as perspectivas de desenvolvimento e criar uma expectativa positiva em que o comprometimento da comunidade é essencial (DIAS, 2008, p. 153).

O Conselho Gestor é o órgão superior que opera como instância deliberativa e consultiva para o planejamento estratégico e gestão do desenvolvimento sustentável da Unidade de Conservação Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. Para garantir as Políticas e Diretrizes ao planejamento e gestão da Reserva, foi aprovado o Regimento Interno do Conselho Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, visando promover a proteção de seus recursos ambientais e a melhoria da qualidade de vida da população local residente no seu território (IDEMA, 2017).

A emancipação deve ser pensada em todos os níveis: político, social, econômico e cultural (SANTOS,1999). Para Giddens (1991), o processo de emancipação vinculado a uma política emancipatória inclui uma política social de auto realização e possibilidades de uma vida de satisfação pessoal para todos os indivíduos da comunidade. E isso inclui o acesso igualitário às riquezas e aos meios de produção nos modos de vida tradicionais.

### **3 MÉTODOS**

Foi realizado um estudo de natureza qualitativa, cuja abordagem se deu através do estudo da comunidade segundo a proposta de Meksenas (2002, p.113):

O estudo da comunidade procura retratar e perceber os modos de vida dos seus membros, entender suas crenças e sua religiosidade, suas formas de educação e seus hábitos, a visão do mundo que possuem e, acima de tudo, demonstrar o impacto assolador da modernidade em suas vidas.

Com a finalidade de obter a percepção dos representantes da comunidade em relação ao contexto da sustentabilidade na RDS, optou-se pela proposta de Dencker (1998, p.102), para pesquisas qualitativas que recomenda que o processo de coleta e interpretação dos dados seja feito de modo interativo durante toda a investigação.

Os dados foram obtidos através de entrevistas semidirigidas com representantes da comunidade, considerados atores chaves. Utilizou-se um roteiro de entrevista contendo questões que nortearam a obtenção da percepção da

comunidade sobre suas opiniões em relação à reserva. A seleção dos representantes da comunidade foi conduzida por meio do princípio de indicação livre e grau de representação política para a comunidade. O estudo foi realizado no mês de abril do ano de 2017, com auxílio de instrumento da pesquisa (roteiro de entrevista) com 15 (quinze) questões temáticas. As entrevistas foram transcritas para dar origem ao *corpus* que, mais tarde, foi percorrido em busca de categorias expressivas da organização da comunidade, percepção em relação ao rio, à pesca, à qualidade de vida, turismo e sustentabilidade para o futuro.

Do ponto de vista ético, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE em obediência a Resolução CNS 510 de 2016 do Conselho Nacional da Saúde - Ministério da Saúde - MS que regulamenta pesquisa envolvendo seres humanos. Para garantir o anonimato e respeito à dignidade humana além de proporcionar maior conforto do mesmo em falar livremente suas inquietações.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Perfil sociodemográfico



O estudo da comunidade envolveu 16 pessoas consideradas como representantes do espaço social de Diogo Lopes identificados por nomes fictícios, cujas profissões: marisqueiras, gestor de restaurante à base de frutos do mar, pescadores e representante político que também é pescador. Os depoentes encontravam-se na faixa etária de 19 e 81 anos de idade. Quanto à natalidade: 08 eram nativos de Diogo Lopes e os demais de comunidades vizinhas. Em relação à escolaridade: 05 nunca haviam frequentado a escola, 09 estudaram até o ensino fundamental e somente 02 completaram o ensino médio.

Do universo da pesquisa, a comunidade foi estudada através de entrevistas com 16 atores chaves (Quadro 1), moradores no distrito de Diogo Lopes/RN, assim distribuídos:

Quadro 1- Perfil de representantes entrevistados na RDS em Diogo Lopes

Pescadores	12
Marisqueiras	02
Gestor de Restaurante	01
Representante Político	01
<b>Total</b>	<b>16</b>

Fonte: Org. dos autores, 2017.

## 4.2 Percepção da comunidade em relação ao turismo

O turismo é identificado pela comunidade como a vinda de pessoas de fora. Atrélam ao termo turismo um forte apelo econômico e idealizam a valorização ambiental conforme ressaltam os depoimentos:

**Percepção sobre o conceito de turismo:** Turismo são pessoas de fora. (Sr. Carlos, 62); As pessoas vêm pesquisar e passear do outro lado do rio, no Frei Alfredo (Barco da comunidade, do Projeto Nosso Barco), só procuram esse barco porque é estruturado para passeio (Sr. Bento, 46); Turismo é o estrangeiro que vem para conhecer e passear no lugar (Sr. Leleu, 29).

**Percepção econômica do turismo:** É uma fonte de renda que pode ser explorada na região, porém não tem incentivo do município, nem do estado (Sr. Lula, 40); Dona Ana (43 anos) percebe a importância econômica do turismo pois segundo ela: deixa lucro para a cidade; Sr. José, (77) completou que o turismo “ajuda no sustento da cidade (Sr. José, 77). O turismo atrai pessoas para “gastar e passear no município (Sr. Joca, 48).

**Percepção sobre cuidado do espaço público ou de uso coletivo:** É o turista que vem para um ambiente limpo, o turismo aqui é pouco, eles procuram pelas paisagens (Sr. Santos, 32).

Os relatos demonstram noção adequada sobre a atividade turística. Um dos entrevistados percebe o impacto do turismo na economia local (Dona Ana, 43). Sr. Santos resalta a importância da conservação ambiental e o Sr. Bento apontou sobre a relevância da infraestrutura para o fomento da atividade turística.

Percebe-se que há dúvidas na aceitação das atividades relacionadas ao turismo pelo fato de Diogo Lopes ser uma reserva. Alguns dos entrevistados acreditam que os pescadores não se beneficiariam com o turismo, no entanto outros afirmam que essa atividade seria vantajosa ao desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

Seria bom, porque nós ganharíamos dinheiro (Sr. Carlos, 62); Se pudesse seria bom, se tivesse o turismo, tudo aumenta aqui. Reserva para nós não vale a pena (Sr. Zezinho, 66); Ajuda aos turistas porque eles conhecem coisas que não são do convívio deles, depois que o Resenhas do RN (programa de televisão) divulgou, vieram turistas querendo investir aqui (Sr. Bento, 46); Não é bom, não faz renda pros pescadores (Sr. Leleu, 29); É bom para o lugar, mas para a reserva não, porque pode sujar a reserva (Sr. Santos, 32).

Foram notados aspectos contraditórios nos relatos dos entrevistados em relação aos malefícios e benefícios do turismo, revelando que a atividade turística demanda diálogo entre a comunidade e os gestores da reserva. De acordo com Wanderley-Filha *et al.* (2017), a partir de uma observação participante, afirmam que a proposta do GT era discutir a forma de turismo que se desejava para a Reserva, como a maneira mais adequada de implantá-lo, de acordo com a realidade de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e das comunidades da Ponta do Tubarão.

O principal aspecto a se considerar nos relatos sobre o planejamento turístico para o TBC precisa esclarecer a interpretação equivocada sobre turismo de massa em supremacia à preservação da reserva (Sr. Zezinho). Ocorre uma preocupação com o turismo predatório por parte do Sr. Santos. Portanto, faz-se necessária a capacitação dos atores para a hospitalidade em Turismo de Base Comunitária.

#### **4.3 Turismo de base comunitária e pesca como modo de vida**

O modo de vida à base da pesca artesanal condiciona que a atividade turística na comunidade seja empreendida sob as premissas da sustentabilidade. Wanderley-Filha *et. al.* (2017) corroboram ao indicar a atividade turística como uma estratégia econômica de enorme potencial quando desenvolvida em uma área de Reserva, de maneira complementar a pesca e não em substituição; criando, assim, novas oportunidades aos moradores. É importante que essa percepção se mantenha no planejamento e na gestão do turismo no entorno da Reserva.

Durante o planejamento turístico deverá ser levado em conta a importância da pesca tradicional como uma expressão da identidade cultural local, tomando cuidado para não padronizar, descaracterizá-la ou encená-la apenas para agradar aos visitantes. Corioloano (2008), contribui afirmando que as atividades turísticas comunitárias devem estar associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortaleçam as práticas tradicionais (agricultura, pesca, artesanato), tornando estas precursoras do turismo mais sustentável.

A pesca tradicional harmoniza-se com o Turismo de Base Comunitária, permitindo suprir os restaurantes e os serviços de alimentação dos meios de hospedagens, com alimentos frescos e de boa qualidade. A gastronomia de frutos do mar pode atuar como atrativo turístico. Contudo, o planejamento turístico deve priorizar o envolvimento dos atores locais sob a perspectiva do turismo de base comunitária tendo o rio como principal atrativo:

O rio cheio (refere-se ao movimento da maré) chama o turista (Dona Ana, 43). O rio está se acabando, tem muita areia da barra (Sr. Leléu, 29).

Quanto à importância do rio para o turismo, a comunidade o contempla como uma beleza especial para eles. Essa paisagem, na percepção dos entrevistados, pode despertar a atenção de visitantes e turistas. Contudo, Sr. Leléu atentou-se para ao aspecto da barra de areia. Trata-se do fenômeno de assoreamento em consequência

de impactos ambientais e, principalmente, retirada da mata ciliar, como margens descobertas de vegetação levando ao acúmulo de areia no leito do rio, com diminuição do fluxo do leito. O assoreamento influencia diretamente na pesca e na paisagem como atrativo turístico.

Em relação ao período de reprodução (desova) das espécies mais comuns da Reserva também conhecido como “seguro-defeso”, constatou-se que os pescadores profissionais artesanais durante o período de “defeso/desova” são obrigados a interromper a sua atividade para preservação e reprodução da espécie, com isso recebem uma assistência financeira temporária concedida pelo Governo Federal, porém, segundo o relato deles, há muito tempo já não recebem esse auxílio e por esse motivo o período de desova é pouco respeitado. Os pescadores alegam ser impossível parar de pescar, visto que é deste meio que tiram o sustento da família.

Aqui tem peixe o ano todo. Não para! Tem peixe sempre (Sr. José, 76); A sardinha não está morrendo (modo de se referir ao ato da pesca) como antes, não se respeita, porque eles não recebem mais o seguro pescador (Sr. Santos, 32); Pescam direto, não param não, os pescadores sabem o período, mas não param (Sr. Carlos, 62).

O turismo é uma atividade que pode auxiliar os pescadores na obtenção de renda durante o período de defeso. Coriolano e Vasconcelos (2014) afirmam que o turismo de base comunitária é uma estratégia de inclusão de pequenos produtores/trabalhadores autônomos na cadeia produtiva do turismo. Representa, ainda, uma forma de planejar o lugar, a conservação ambiental e a ressignificação cultural. Na reserva, o turismo pode configurar-se uma estratégia de educação ambiental na preservação da biodiversidade e valorização da cultura da pesca tradicional.

Ao tratar-se de uma comunidade tradicional que vive da pesca, uma das principais indagações consiste em avaliar os possíveis impactos que o turismo poderia trazer para a atividade pesqueira. Grande parte dos entrevistados entende que o turismo não afeta a pesca na RDS, eles entendem que a atividade turística é uma boa opção de crescimento econômico.

Não afeta, seria positivo ia melhorar, mas não pode por causa da reserva (Sr. Zezinho, 66); Não é ruim, ele (turista) chega e normalmente limpa seu lixo, eles não jogam lixo no rio (Sr. Santos, 32); Não, eles não impactam nada, é bom para a comunidade, mas não é bom para o pescador (Sr. Leleu, 29); Afeta, muda o movimento da cidade (Sr. Chico, 81).

É importante ressaltar que a atividade turística quando mal administrada traz impactos socioambientais catastróficos para a localidade onde se desenvolve. Sendo assim, é importante que essa prática seja bem planejada. O turismo em unidades de conservação é uma prática crescente no Brasil, portanto é preciso planejamento e organização na sua execução.

Nesse sentido, faz-se necessário certificar-se que a comunidade esteja consciente do ônus e bônus da atividade turística. Esse fato é relevante e deve preceder a participação efetiva da população no planejamento turístico da Reserva. Figueira e Dias (2011), afirmam que os indivíduos e organizações da sociedade civil exercem um maior controle sobre o processo de desenvolvimento do turismo para que ocorra de forma dinâmica e responsável.

Para qualquer atividade turística, ainda que de Base Comunitária, o planejamento deve considerar, dentre outros aspectos, os modos de vida tradicionais e a perspectiva ecológica de preservar e ou conservar os recursos da Reserva de modo sustentável.

#### 4.4 Percepção da comunidade sobre o rio e a pesca



O Rio Tubarão assegura o modo de vida na comunidade de Diogo Lopes através da pesca e da coleta de mariscos como principais fontes de renda e de sustento das famílias. Eles têm um profundo fascínio pelo rio.

Para mim o rio é tudo (Sr. Chico, 81); É bom ficar aqui, é uma benção de Deus (Sr. Dedé, 55); Muita gente sobrevive do movimento do rio, 80% da comunidade sobrevivem dele, e eles têm cuidado (Sr. Bento, 46); O rio é muito rico, porque é de onde tiramos o sustento para nossa família (Sr. Santos, 32); Marisco, siri, caranguejo, economia da família (Sr. Cacá, 41); Sim, porque tem caranguejo e búzio (Sr. Zezinho, 66);

Para a maioria dos entrevistados o rio desempenha um papel vital à comunidade. Para um dos grupos de entrevistados (pescadores e as marisqueiras) o rio é considerado a única forma de sustento.

Em relação ao consumo alimentar diário na comunidade, a grande maioria respondeu que tanto o peixe, quanto o marisco fazem parte das refeições diariamente porque ocorrem na reserva em abundância.

O peixe que se pega lá fora, (modo que a comunidade se refere ao mar), o peixe pego no rio (de maré) vai para Natal (Sr. Carlos, 62); Arroz, feijão e peixe. Na falta do peixe, come-se frango ou carne, mas a base é o peixe (Sr. Cacá, 41); Peixe! Pescador come peixe! (Sr. Dedé, 55).

Na percepção da comunidade, 13 (treze) entrevistados afirmaram que o pescado mais frequente é o peixe-voador, em seguida citaram a sardinha. O dourado e a tainha aparecem na sequência e, por último, apontaram a ova do peixe-voador ou peixe da época. Eles normalmente praticam a pesca de linha, pesca de rede, popularmente conhecida como pesca de caçoeira e gererê.

Pescamos sardinha de inverno a verão, ela vai, mas volta (Sr. Bento, 46).  
O rio que está se acabando, o peixe está acabando e os pescadores estão sofrendo (Sr. Leleu, 29).

O relato do Sr. Bento demonstra uma pausa na pesca da sardinha. Esse saber tradicional possivelmente está relacionado ao seu período reprodutivo, quando a pesca é proibida e passa a vigorar o defeso durante os meses de novembro a fevereiro. Enquanto Sr. Leleu demonstra preocupação com a escassez de peixe.

Na costa brasileira, a sardinha-verdadeira é uma das espécies que mais tem sido afetada pela pesca industrial, principalmente devido ao histórico de seu uso como isca viva (IBAMA, 2006). Contudo, em Diogo Lopes, a espécie encontrada trata-se da sardinha-laje, que é igualmente sensível às condições ambientais, cuja abundância é maior durante a estiagem, quando a água encontra-se limpa.

Na região Ibérica a baixa produtividade da sardinha-verdadeira levou o Conselho Internacional para a Exploração do Mar a recomendar a suspensão da pesca a partir de 2018. Segundo os especialistas, "seriam precisos 15 anos sem pesca" para reconstruir o estoque de sardinha capturável (peixe com mais de um ano de vida) na costa ibérica (AVEIRO, 2017).

#### **4.5 Percepção da comunidade sobre escassez da sardinha**

Quando se abordou a percepção da comunidade sobre escassez de espécies do rio, percebeu-se, nos relatos de muitos pescadores, a baixa produtividade de algumas consideradas abundantes.

Há uma grande preocupação quanto à sardinha. Foi mencionado que a espécie está "acabando" e a comunidade tem receio que isso aconteça, já que esse peixe é uma das principais pescas.

**Escassez e o que não pode acabar:** Não pode acabar a pesca, 80% da população passa fome, cação de escama e a pesca da lagosta (Sr. Bento, 46); Não pode acabar a pescaria senão morre todo mundo de fome (Sr. Zeca, 79); Não pode acabar a pesca, não tem outro trabalho senão a pesca.

Atualmente tá tudo escasso, tá pouco (Sr. Dedé, 55); Não pode faltar o peixe, o peixe do rio tá mais escasso (Sr. Zezinho, 66); Pescaria de ova de voador e a pesca da lagosta (Sr. Joca, 48); Nossos peixes e mariscos. O caranguejo está ficando escasso, há 2 anos não tem visto pelo mangue (Sr. Cacá, 41); O mangue não pode acabar, senão acaba com tudo, o caranguejo já acabou (Sr. Pedro, 52); Não pode acabar a água das dunas, a água doce que já abasteceu Macau. A sardinha está escassa, mas não pode acabar (Sr. Lula, 40); A sardinha não pode acabar, é uma fonte de dinheiro (Sr. Gilson, 57); A pescaria, parar de pegar peixe miúdo, a tainha está escassa (Sr. Carlos, 62).

De acordo com Dias (2006), o município de Macau tem a pesca artesanal como característica, além de ser o maior produtor de sardinha-laje do Rio Grande do Norte, se destacando as comunidades de Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinho todas dentro dos limites da reserva.

A cadeia produtiva da pesca na RDSPT passa por problemas que vão além da falta de pescado. Pelo contrário, a produção pesqueira é alta, especialmente para a sardinha e para o peixe-voador, mas o pescado passa por uma desvalorização que tem levado essa grande produção a ser um problema. No ambiente estuarino, o ponto crítico não é mais a grande produção ou baixo preço, embora os pescados também estejam com baixo valor. Mas o principal entrave da pesca estuarina na RDSPT é a falta de ordenamento das atividades, que têm levado a diminuição no tamanho e volume dos principais pescados do estuário (Dias, 2006).

#### 4.6 A barra intermediária entre o mar e Rio Tubarão

Durante as entrevistas notou-se uma polêmica a respeito da abertura de uma barra intermediária entre o mar e o rio. Os entrevistados relatam que o rio Tubarão que banha toda a região está morrendo. Segundo eles, a barra (faixa de areia que delimita o Rio do mar) abriu por diversas vezes e está cada vez mais próxima da praia (Figura 4). Para outros, a abertura da barra poderá ser vantajosa. Eles ganhariam tempo para a pescaria por não precisar contornar todo o rio. Todavia quando a maré sobe e permite a travessia do barco, a força da água do mar traz areia para dentro do rio. Nesse sentido, dois pescadores chegaram à conclusão de que precisam cavar a barra (remover a areia) para melhorar o fluxo da corrente do rio, evitando que cubra parte do rio e eleve o nível da água, conforme relatos:

Cavar a barra! Incentivo e educação para os pescadores e limpeza do rio (Sr. Leleu, 29); Arrumar a barra, deixar bem bonita para trabalhar e passear (Sr. Pedro, 52).

Esse processo de assoreamento relatado pelos entrevistados foi observado por Dias (2006), como um dos principais impactos ambientais da RDSE e que esse é resultado do avanço do mar e dos fortes ventos. Segundo Nascimento (2009), esse processo iniciou em 1985 com o fenômeno *La Niña* que resultou, naquele ano, na



maior precipitação da história e acarretou o rompimento de várias lagoas interdunares no campo de dunas móveis de Diogo Lopes proporcionando, assim, o assoreamento.

#### **4.7 Insatisfação com a gestão atual e o ideal de gestão participativa**

Na percepção dos representantes da comunidade é nítida a insatisfação com a atual gestão, tanto da Prefeitura de Macau quanto com o Conselho Gestor da Reserva. As perspectivas futuras de alguns são negativas, um certo grupo de depoentes afirma que caso Diogo Lopes se tornasse município, haveria um maior desenvolvimento, principalmente econômico do local. Esses anseios são destacados nos depoimentos a seguir:

Só melhora se passar a ser cidade, com a emancipação vai gerar empregos (Sr. Santos, 32); Ter prefeitura, um banco aqui, tudo tem que ir pra Macau (Sr. Zezinho, 66); Acho que aqui não tem interesse, o prefeito de Macau não se interessa por nada daqui (Sr. Dedé, 55); Se entrar uma boa administração pode acontecer coisas boas (Sr. Pedro, 52); Não vai mudar nada, porque não tem gente para ajudar. A prefeitura deveria ajudar para reparar os botes (Sr. Carlos, 62); Não vai haver melhorias para a reserva, precisa mudar os gestores (Sr. Joca, 48); A gente espera que seja melhor, mas não acredita em melhoria. Politicamente está péssima, falta policial, segurança, políticos não fazem nada (Sr. Cacá, 41).



*Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*

Em relação ao discurso da emancipação política do distrito abrigado pela RDSEPT, uma das estratégias consistiria em investir esforços para ajustar o diálogo às demais comunidades. Com o envolvimento de Barreiras e Sertãozinho, Diogo Lopes alcançaria maior representatividade política em sua organização social.

#### **4.8 Infraestrutura, Saneamento básico e limpeza da orla para o turismo**

A questão da limpeza é percebida por todos como um problema que precisa ser resolvido (Figura 3). Os entrevistados têm consciência que a reserva não é limpa e que poucos fazem sua parte para garantir a limpeza e ordem do local. Para a comunidade a iniciativa de cobrança para a limpeza e saneamento das áreas públicas ou de uso coletivo deve partir dos gestores.

Falha na limpeza da cidade e do rio, a Prefeitura de Macau não incentiva, não teremos esgotos, tudo corre para o rio, isso afasta o turista (Sr. Zeca, 79); Mais educação, capacitação e valorização para valorizar o que temos aqui (Sr. Lula, 40); Quem suja mais é a comunidade, era preciso fazer reunião para fazer a limpeza da praia, tem gente que não respeita as regras nem lei, deveria ter multas para punir o povo que suja (Sr. Bento, 46).

<p align="center"><b>Figura 3 - Esgoto da RDSEPT</b></p>	<p align="center"><b>Figura 4 – Entrada da barra</b></p>
	
<p align="center"><b>Fonte:</b> Elaboração própria (2017)</p>	<p align="center"><b>Fonte:</b> Elaboração própria (2017)</p>

Esses relatos nos mostram que a Educação Ambiental não está sendo implementada nem discutida como está previsto no regimento interno do conselho gestor. De acordo com o documento do CONEMA (2004):

Art. 27 - Compete à Câmara Técnica de Educação Ambiental: I – Garantir através da educação ambiental, a observação do princípio da preservação e conservação da Reserva, mediante a implantação e manutenção do programa de Educação Ambiental, previsto na Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

II - Promover sob a coordenação da Diretoria Técnica e Operacional, trabalhos comunitários, como palestras, reuniões, eventos, com práticas educativas e planos estratégicos, buscando ampliar o conhecimento dos indivíduos quanto a preservação, conservação e desenvolvimento sustentável da Reserva.

Além desses aspectos, o Art. 27 ainda trata da relação da educação ambiental com a atividade turística. O parágrafo V diz que o comitê de Educação Ambiental deve “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

Os entrevistados afirmaram que na comunidade não tem saneamento básico, nem tratamento de efluentes. Devido à falta de condições sanitárias básicas, o esgoto é lançado diretamente no rio Tubarão. Em relação ao abastecimento, foi relatado que a água consumida pela comunidade é proveniente da Companhia de águas e esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, de poços artesianos próprios ou comprada no comércio local.

O esgoto dos ranchos cai no rio. Alerta Sr. Santos, (32).

Em relação à coleta seletiva, na percepção da maioria dos entrevistados, 15 deles relataram que na comunidade tem coleta de lixo, que é feita por um carro da

Prefeitura de Macau, três vezes na semana, porém não há separação ou coleta seletiva. Apenas um não soube responder.

Algumas pessoas separam seu próprio lixo, e que é bom porque gera renda (Sr. Cacá, 41); O carro colhe o lixo, mas não separa, tem 01 carro que pega só as folhas e galhos de árvores (Sr. Bento, 46).

Em relação ao espaço social onde habitam e convivem, os pescadores demonstraram insatisfação com as condições atuais. A comunidade busca alcançar uma boa qualidade de vida na reserva.

Melhorar a limpeza geral. Tirar os barcos velhos do cais. Juntar a Reserva, Prefeitura de Macau e a Marinha para organizar a praia (Sr. Bento, 46); Saneamento e tratamento do esgoto (Sr. João, 69).

As reclamações frequentes dos entrevistados sobre a limpeza das vias públicas da cidade evidenciavam que investimentos em saneamento básico e na infraestrutura da comunidade são imprescindíveis.

#### **4.9 Emancipação política**

A comunidade atribui parte de suas expectativas da melhoria de qualidade de vida à falta de gestão participativa com o distrito Diogo Lopes, devido à dependência hierárquica da gestão municipal, cuja tomada de decisão ocorre de modo centralizado em Macau.

A comunidade é consciente dos problemas da reserva, porém não sabem o que fazer e/ou quem procurar para cobrar seus direitos fundamentais como cidadãos. A respeito da reserva, muito trabalho ainda precisa ser feito conforme relatos dos entrevistados:

Melhorar a compra do peixe, fazer um ponto turístico, melhorar a iluminação e iniciativa para colocar os projetos em prática (Dona Ana, 43); Para melhorar: Investir na comunidade, incentivo e recursos para os pescadores, saneamento e limpeza do rio (Sr. Joca, 48); Incentivar o turismo, Diogo Lopes passar a ser cidade (Sr. Gilson, 57).

A comunidade demonstrou insatisfação com a atual gestão da reserva e com a Prefeitura Municipal de Macau. Segundo os entrevistados, Diogo Lopes está “abandonado” e que os gestores não fazem “nada” pela categoria dos pescadores. Eles reivindicam, também, a necessidade de ter um representante da classe para que seus direitos sejam ampliados e respeitados.

Poderia melhorar se tivesse uma pessoa da pesca, os políticos não têm interesse, a gente vive da pesca, os políticos são os piores (Sr. Dedé, 55); Se tivesse interesse. A prefeitura é ausente, não se pode contar (Sr. Zezinho, 66); Incentivo e investimentos por parte dos gestores para a comunidade (Sr. Gilson, 81).

Em relação aos direitos sociais e ao patrimônio natural, a comunidade demonstra preocupação com o futuro da reserva, com a herança que ficará para as futuras gerações. Eles desejam ter seus direitos adquiridos respeitados, como observado em um dos depoimentos de um pescador que também é representante político da comunidade; um jovem que está em busca do desenvolvimento da reserva.

Melhorar a saúde e educação, trabalhar com a juventude (projetos de esporte), benefícios para os pescadores (fazer manutenção nas embarcações dos menos favorecidos) (Sr. Santos, 32).

Um processo de emancipação que combine formas individuais e coletivas de cidadania, favorecendo que a luta pela emancipação seja igualmente social e do sujeito. Sobre o processo de emancipação, Boaventura de Sousa Santos (1999) sugere repensar uma nova teoria democrática que permita reconstruir o conceito de cidadania e requer uma nova teoria da subjetividade que permita reconstruir o conceito de sujeito.

A emancipação humana pressupõe não apenas mudanças nas relações sociais e políticas, mas igualmente nas perspectivas econômicas, entendendo que é através do trabalho que o homem constrói as condições de sua existência individual e social.

A emancipação humana tem a ver com a maneira como os homens se organizam para transformação da natureza e produção de sua existência como ser social. Desta forma, o processo emancipatório não é algo abstrato, mas concreto, que envolve repensar o modelo econômico vigente. Como se caracterizam as relações de trabalho nele? Pois, a emancipação não se dá apenas no plano das ideias, não é apenas no discurso que se constrói efetivamente condições de emancipação. As relações dos homens com os homens e destes com a natureza constituem fundamentais para se pensar o processo histórico e sua reconstrução (SILVA, 2013, p. 756).

#### **4.10 Percepção da comunidade sobre o futuro da Reserva**

Quanto ao futuro da reserva para os próximos 05 anos, eles não têm muitas perspectivas, ou acham que nada vai mudar. Reclamam da atual gestão, pedem segurança para a comunidade e apoio para a classe dos pescadores.

Vai ficar do mesmo jeito, essa reserva não é boa para a gente, não incentiva o pescador. Vai ser a mesma coisa ou pior (Sr. Bento, 46); Vai ficar como está, o rio está se acabando, hoje vai para a costa a pé (Sr. Leleu, 29); Se tiver segurança vai melhorar, que o prefeito faça uma pista boa de Diogo Lopes até Guamaré (Sr. Pedro, 52) Dependendo do governo e da população, corrigindo o errado, melhora (Sr. Santos, 32) Eu espero que seja diferente se o prefeito trabalhar para a comunidade (Dona Ana, 43); Não vai ter mudança no sentido bom, só se mudar os gestores (Sr. Joca, 48); Nem sei dizer. Ninguém espera nada de bondade neste lugar (Sr. Dedé, 55); Não dá para saber, vai estar pior porque tudo vai se acabando e o peixe está ficando

escasso. A prefeitura não ajuda ninguém, só para eles mesmos (Sr. Zezinho, 66); Cada ano está ficando mais ruim, mais perigoso em relação a violência e uso de drogas, antigamente se dormia de porta aberta (Sr. Cacá, 41); Só é bom para quem sabe ler, tem leitura, vai ficar pior porque a barra vai fechar e não vai passar ninguém (Sr. Carlos, 62).

Os relatos evidenciam a preocupação dos entrevistados com o desenvolvimento da comunidade e demonstram consciência sobre a incongruência dos gestores em relação às demandas da comunidade.

A pesca artesanal deve ser preservada, contudo Diogo Lopes apresenta potencial para o Turismo de Base Comunitária especialmente no empreendimento de Restaurantes para servir os excedentes da pesca local.

A atividade turística deve ser concebida e administrada pela própria comunidade valorizando os elementos da identidade e da hospitalidade local.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As atividades turísticas da comunidade possuem características de baixa produtividade. Sob a percepção da comunidade, o turismo de base comunitária apresenta uma alternativa de desenvolvimento econômico. O rio, denominação usada pela comunidade, para designar a área de manguezal que se forma pela alta da maré sobre o mangue, poderia tornar-se um atrativo de educação ambiental, turismo de experiência e de observação de manguezais, paisagens naturais em estuário. Atrativos como passeios de barco e visitas controladas poderiam ser planejados para a alta da maré, considerando princípios da RDS, que privilegia a conservação/preservação dos espaços naturais.

O segmento de turismo de base comunitária é uma das melhores opções para a RDS, tendo em vista o predomínio de pescadores que percebem a prática da atividade turística como viável para a reserva. A prática pode ajudar a comunidade em conjunto ao conselho gestor da RDSPT mediante o compromisso pela busca de melhorias, inclusive de acesso aos direitos sociais dos membros da comunidade, promovendo o desenvolvimento econômico, de modo a minimizar o impacto da convivência humana na reserva. Concluiu-se, portanto, que o Turismo de Base Comunitária poderia ser uma estratégia para motivar a sensibilização/conscientização ambiental, além de promover o turismo sustentável.

Outros estudos serão necessários para estimular a educação ambiental e incentivar a produção associada ao turismo. Pesquisas de natureza experimental poderiam contribuir com tecnologias sociais para o beneficiamento e conservação dos produtos da pesca, agregando valor à matéria prima e, assim, oferecendo oportunidade de trabalho, incluindo jovens e mulheres na cadeia produtiva.

## REFERÊNCIAS

AVEIRO, Isabel. **Conselho Internacional do Mar desconhece quanto tempo levará a recuperar stocks de sardinha**. Lisboa/Porto: Público, 2017.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Conteúdo Fundamental Turismo e Sustentabilidade**. Brasília: Mtur; 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Chamada Pública MTUR n. 001/2008**. Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília: Mtur; 2008.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: **INCRA/IICA**, 1999.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONEMA- Conselho Gestor da Reserva de desenvolvimento sustentável Ponta do Tubarão nos municípios de Macau e Guamaré. **Lei Complementar N° 272 de 3 de março de 2004**. Rio Grande do Norte, 2004.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. **V seminário da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em turismo**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/32.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2020.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidade, conflitos e resistências**. 2° ed. Fortaleza –CE: EdUECE, 2014.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo: Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 8ª edição. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008a.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: Política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Atlas; 2008b.

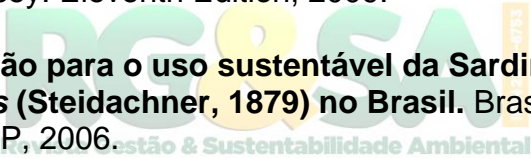
DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Mariana Rodrigues de. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas-SP: Alínea, 2002.

DIAS, Thelma Lucia Pereira. **Os Peixes, a Pesca e os Pescadores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (MacauGuamaré/RN), Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas). João Pessoa: UFPB, 2006.

FIGUEIRA, Victor; DIAS Reinaldo. **A Responsabilidade Social no Turismo**. Lisboa: Escolar Editora, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, JR Brent. **Tourism: Principles, Practices, Philosophies**. New Jersey: Eleventh Edition, 2009.

IBAMA. **Plano de gestão para o uso sustentável da Sardinha verdadeira, *sardinella braziliensis* (Steidachner, 1879) no Brasil**. Brasília, IBAMA/DIFAP/CGEREP, 2006. 

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão**. Natal: SECOM/IDEMA, 2017.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica**. Conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola; 2002.

MOURA, Getúlio. **Um Rio Grande e Macau: cronologia da História Geral**. Macau: Petrobras, 2005.

NASCIMENTO, Mirian Cunha do. **A erosão costeira e sua influência sobre a atividade petrolífera: alternativas sustentáveis de na mitigação de impactos ambientais**. Dissertação (mestrado em Geodinâmica) Natal: UFRN, 2009.

NOBRE, Itamar de Moraes. **Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão: a fotocartografia sociocultural como uma proposta metodológica**. Tese (Doutorado em ciências sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: EDUFRN; 2005.

PHILLIPI-JR, Arlindo & RUSCHMANN, Van Doris de. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. Baurueri: Manole, 2010.

REGULES, Maria Paula Patrone; CAVALCANTI, Paloma Albino Borba; TÍBÉRIO, Wellington; SILVA, Vanessa Cerqueira. **Ética, meio ambiente e cidadania para o turismo**. São Paulo: IPSIS, 2007.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 8.349, de 18 de julho de 2003**. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, na região de Diogo Lopes e Barreiras e dá outras providências. Natal: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte 2003.

ROCKTAESCHEL, Betina Maria Monteiro Mueller. **Terceirização em áreas protegidas**: Estímulos ao ecoturismo no Brasil. 1ª edição. São Paulo: SENAC; 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento; 1999.

SILVA, Luiz Etevaldo. O sentido e o significado sociológico de emancipação. São Paulo: **Revista e-Curriculum**, n.11, v.03, p. 751-765, set./dez. 2013.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Turismo Cultural, Ecoturismo e Ética**, vol.5 - São Paulo: Aleph; 2000a.

WANDERLEY FILHA, Iracy; MAZZOLINI, Aída Gisella Veras; DE AZEVEDO, Francisco Fransualdo. Turismo Comunitário e Gestão Participativa na RDS Estadual Ponta do Tubarão (RN): processos e perspectivas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v 10, n 2, p 210- 226, 2017.

